

DIÁRIO ELETRÔNICO DA JUSTIÇA FEDERAL DA 3ª REGIÃO Edição nº 57/2013 - São Paulo, segunda-feira, 01 de abril de 2013

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO

PUBLICAÇÕES ADMINISTRATIVAS

Escola de Magistrados

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA A PROVA ORAL O PRESIDENTE DA COMISSÃO DO XVI CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO DA 3ª REGIÃO, constituída pela Resolução nº 98, de 3 de setembro de 2012, do Órgão Especial do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, em conformidade com os artigos 63 e 65, caput e §§ 1º, 2º, 4º e 8º da Resolução nº 75, de 12 de maio de 2009, do Conselho Nacional de Justiça, com os artigos 40 e 41, caput e §§ 1º, 2º e 6º, da Resolução nº 67, de 3 de julho de 2009, do Conselho da Justiça Federal, e com os artigos 64 e 66, caput e §§ 1º, 2º, 4º e 8º do Regulamento (Resolução nº 92, de 13 de abril de 2011, do Órgão Especial do Tribunal Regional Federal da 3ª Região),

DIVULGA os temas e as disciplinas objeto da prova oral e

CONVOCA os candidatos relacionados a seguir, cujos pedidos de inscrição definitiva foram deferidos pela Comissão de Concurso, a se submeterem às provas orais que serão realizadas nos dias 10, 11, 12, 17, 18 e 19 de abril de 2013.

- 1. Do local de realização dos sorteios de pontos e das provas orais
- 1.1. O sorteio de pontos e as provas orais serão realizados em sessão pública, no Auditório do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, localizado na Avenida Paulista, 1842, Torre Sul, 25º andar, Cerqueira César, nesta Capital, ou no Plenário do Órgão Especial, localizado no mesmo endereço, no 14º andar.
- 1.2. Na impossibilidade de realização do sorteio de pontos e das provas orais nos locais relacionados no item 1.1, será publicado em tempo hábil, na página da Comissão de Concurso na internet (http://www.trf3.jus.br/trf3r/index.php? id=2003), comunicado de designação de outro local.
- 2. Dos sorteios de pontos
- 2.1. Os candidatos ficam convocados a se apresentarem 24 (vinte e quatro) horas antes do horário marcado para a realização da prova oral a que serão submetidos, com a finalidade de tomar ciência do ponto sorteado para arguição. 2.2. Os candidatos deverão comparecer ao local do sorteio, impreterivelmente, com 15 (quinze) minutos de antecedência, portando documento de identidade com foto.
- 3. Das provas orais
- 3.1. No dia e hora marcados para a realização das provas, proceder-se-á ao sorteio da ordem de arguição dos candidatos.
- 3.2. Os candidatos deverão comparecer ao local da prova, impreterivelmente, com meia hora de antecedência, portando documento de identidade com foto.
- 3.3. Os candidatos deverão trajar passeio completo.
- 4. Dos resultados das provas orais
- 4.1. Em sessão pública, a ser realizada no dia 22 de abril de 2013, às 14:00 horas, no local fixado no item 1.1, será divulgado o resultado das provas orais realizadas.

E, para que cheque ao conhecimento dos interessados, é expedido o presente edital. Publique-se.

São Paulo, 25 de março de 2013

MAIRAN MAIA

Desembargador Federal Presidente da Comissão do XVI Concurso

RELAÇÃO DOS GRUPOS - PROVAS ORAIS

1º GRUPO		
Data e horário do sorteio	9 DE ABRIL DE 2013	13:00 HORAS
Data e horário da prova oral	10 DE ABRIL DE 2013	13:30 HORAS
10000163	Camila Altoé Targa	

10000431	Pedro Oliveira de Vasconcelos	
10000819	Diogo Naves Mendonça	
10000889	Fernando Nardon Nielsen	

2º GRUPO			
Data e horário do sorteio	10 DE ABRIL DE 2013	13:00 HORAS	
Data e horário da prova oral	11 DE ABRIL DE 2013	13:30 HORAS	
10000934	Emerson José do Co	Emerson José do Couto	
10001083	Michel François Drizul Ha	Michel François Drizul Havrenne	
10001123	Bruno Valentim Barb	Bruno Valentim Barbosa	
10001321	Rosangela Lucia Martins		

3º GRUPO			
Data e horário do sorteio	11 DE ABRIL DE 2013	13:00 HORAS	
Data e horário da prova oral	12 DE ABRIL DE 2013	13:30 HORAS	
10001911	Pedro Henrique Lima	Pedro Henrique Lima Carvalho	
10002323	Mario de Paula Franco Junior		
10002488	Fernando Cezar Carrusca Vieira		

4º GRUPO			
Data e horário do sorteio	16 DE ABRIL DE 2013	13:00 HORAS	
Data e horário da prova oral	17 DE ABRIL DE 2013	13:30 HORAS	
10002543	Felipe Benichio Teixe	Felipe Benichio Teixeira	
10002718	Arnaldo Dordetti Jun	Arnaldo Dordetti Junior	
10003127	Paulo Cezar Duran		
10003360	Ana Clara de Paula Oliveira Passos		

5º GRUPO		
Data e horário do sorteio	17 DE ABRIL DE 2013	13:00 HORAS
Data e horário da prova oral	18 DE ABRIL DE 2013	13:30 HORAS
10004040	Sabrina Bonfim de Arruda Pinto	
10004346	Gisa Carina Gadelha Sabino	
10004394	Luciano dos Santos Mendes	
10005032	Giovana Aparecida Lima Maia	

60 CRUPO			
	6º GRUPO		
Data e horário do sorteio	18 DE ABRIL DE 2013	13:00 HORAS	
Data e horário da prova oral	19 DE ABRIL DE 2013	13:30 HORAS	
10005480	Gabriella Naves Ba	Gabriella Naves Barbosa	
10005519	Carlos Eduardo da Silv	Carlos Eduardo da Silva Camargo	
10006382	Patricia de Alencar	Patricia de Alencar Teixeira	

PONTO Nº 1

NOÇÕES GERAIS DE DIREITO E FORMAÇÃO HUMANÍSTICA - Introdução à sociologia da administração judiciária: aspectos gerenciais da atividade judiciária (administração e economia); gestão; gestão de pessoas.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO - Seguridade: natureza, fontes e princípios; eficácia e interpretação das normas de seguridade.

DIREITO PENAL - Introdução ao direito penal: conceito; caracteres e função do direito penal; direito penal e a Constituição Federal de 1988; princípios básicos do direito penal; relações com outros ramos do direito; controle social; sistema penal e direito penal; direito penal e política criminal; direito penal e criminologia.

DIREITO PROCESSUAL PENAL - Direito processual penal e a Constituição Federal de 1988: sistemas processuais penais (acusatório e inquisitivo); garantias constitucionais do processo; processo e direitos fundamentais; finalidade, natureza jurídica, objeto e fontes do processo; tratados e convenções internacionais de direitos humanos; tratados bilaterais de auxílio direto; Convenção da ONU Contra a Corrupção; cooperação internacional — tratados bilaterais celebrados pelo Brasil em matéria penal.

DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO E PRIVADO - Direito internacional público: conceito, fontes, princípios.

DIREITO FINANCEIRO E TRIBUTÁRIO - Finanças públicas na Constituição de 1988.

DIREITO EMPRESARIAL - Direito comercial: origem, evolução histórica, autonomia, fontes, características: empresário — caracterização, inscrição, capacidade —; teoria da empresa e seus perfis.

DIREITO ECONÔMICO E DE PROTEÇÃO AO CONSUMIDOR - Constituição econômica brasileira: ordem constitucional econômica — princípios gerais da atividade econômica; tipologia dos sistemas econômicos.

DIREITO CONSTITUCIONAL - Constituição: poder constituinte originário; emendas constitucionais; hermenêutica constitucional; tipologia; estado de direito e ordem constitucional; constituições rígidas e flexíveis; mutação constitucional.

DIREITO CIVIL - Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro; pessoas naturais: personalidade e capacidade; direitos da personalidade; morte presumida; ausência; tutela; curatela; pessoas jurídicas: conceito, classificação, registro e administração; desconsideração da personalidade jurídica; associações; fundações.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL - Princípios gerais do direito processual civil.

DIREITO ADMINISTRATIVO - As funções jurídicas do Estado e sua distinção; função administrativa, noção de regime jurídico administrativo e princípios informadores do direito administrativo, expressos e implícitos, constitucionais e infraconstitucionais.

DIREITO AGRÁRIO E DIREITO INDÍGENA - A propriedade agrária e sua função social.

DIREITO AMBIENTAL - Direito Ambiental. Conceito. Objeto. Princípios Fundamentais.

PONTO Nº 2

NOÇÕES GERAIS DE DIREITO E FORMAÇÃO HUMANÍSTICA - Relações sociais e relações jurídicas: controle social e direito; transformações sociais e direito. Direito, comunicação social e opinião pública.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO -Regime geral: segurados e dependentes; inscrição e filiação; qualidade de segurado; manutenção e perda

DIREITO PENAL -A lei penal: características, fontes, interpretação, vigência e aplicação; lei penal no tempo e no espaço; imunidade; punibilidade — condições e causas de extinção —; concurso aparente de normas.

DIREITO PROCESSUAL PENAL -Lei processual penal no tempo e no espaço; interpretação da lei processual penal.

DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO E PRIVADO -Atos internacionais: tratado — conceito, validade, efeitos, ratificação, promulgação, registro e publicidade, vigência contemporânea e diferida, incorporação ao direito interno, violação, conflito entre tratado e norma de direito interno, extinção —; convenção; acordo; ajuste; protocolo.

DIREITO FINANCEIRO E TRIBUTÁRIO - Orçamento: conceito e espécies; natureza jurídica; princípios orçamentários; normas gerais de direito financeiro; fiscalização e controle interno e externo dos orçamentos.

DIREITO EMPRESARIAL -Teoria geral dos títulos de créditos: títulos de créditos — letra de câmbio, cheque, nota promissória, duplicata; aceite, aval, endosso, protesto e prescrição; ações cambiais.

DIREITO ECONÔMICO E DE PROTEÇÃO AO CONSUMIDOR - Ordem jurídico-econômica: sujeitos econômicos.

DIREITO CONSTITUCIONAL -Princípios fundamentais: soberania e globalização; teoria jurídica da cidadania; dignidade da pessoa humana e direito das minorias; pluralismo político; democracia e pluralismo político; asilo político; crime político.

DIREITO CIVIL -Domicílio; bens; fatos jurídicos; negócio jurídico: conceito, representação, condição, termo, encargo, defeitos, invalidade; atos jurídicos lícitos e ilícitos.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL -Jurisdição: natureza, conceito, características, espécies, a problemática da jurisdição

voluntária, princípios, estrutura constitucional — Poder Judiciário, organização judiciária, atividade jurisdicional, atividades essenciais à Justiça —, equivalentes jurisdicionais — autotutela, autocomposição, mediação e arbitragem —; jurisdição constitucional propriamente dita — controle judicial de constitucionalidade e suas espécies: ação direta de inconstitucionalidade interventiva, ação direta de inconstitucionalidade interventiva, ação direta de inconstitucionalidade, ação de inconstitucionalidade por omissão, ação declaratória de constitucionalidade, arguição de descumprimento de preceito fundamental, natureza, conceitos, características, hipóteses de cabimento, detalhes de procedimento —; jurisdição constitucional das liberdades e seus principais mecanismos — habeas corpus no processo civil, mandado de segurança individual e coletivo, mandado de segurança, habeas data, ação popular, ação civil pública e demais ações coletivas, natureza, conceitos, hipóteses de cabimento, detalhes procedimentais.

DIREITO ADMINISTRATIVO - Organização administrativa; administração direta e órgãos públicos; administração indireta e entidades que a integram: autarquias, fundações governamentais, empresas públicas, sociedades de economia mista e consórcios públicos; regime jurídico das entidades governamentais prestadoras de serviço público e exploradoras de atividade econômica.

DIREITO AGRÁRIO E DIREITO INDÍGENA - A demarcação das terras indígenas.

DIREITO AMBIENTAL - O Direito Ambiental como Direito Econômico. A natureza econômica das normas de Direito Ambiental.

PONTO Nº 3

NOÇÕES GERAIS DE DIREITO E FORMAÇÃO HUMANÍSTICA - Conflitos sociais e mecanismos de resolução: sistemas não judiciais de composição de litígios.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO - Seguridade social: saúde, previdência e assistência — distinções.

DIREITO PENAL - Teoria geral do crime: conceito de crime; objeto; sujeitos; conduta — teorias da ação, omissão e suas formas —; tipo e tipicidade — crime doloso e crime culposo, crime comissivo e crime omissivo, crime qualificado pelo resultado e crime preterdoloso, crime de dano e crime de perigo, erro de tipo, crime impossível —; nexo de causalidade; crime consumado e tentativa — elementos e espécies —; antijuridicidade — espécies e causas de justificação —; bem jurídico; tempo e lugar do crime; concurso de crimes — espécies, influência na dosimetria da pena, erro de execução.

DIREITO PROCESSUAL PENAL - Persecução penal preliminar: garantias constitucionais na investigação criminal; princípios constitucionais da administração pública direta e indireta aplicáveis; os sistemas e a participação judicial; espécies; órgãos encarregados; objeto e limites; forma, tempo e lugar; imputação penal em sentido amplo; elementos de informação e valor probatório; indiciamento e identificação criminal.

DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO E PRIVADO - Personalidade internacional: Estado; imunidade à jurisdição estatal; consulados e embaixadas; organizações internacionais — conceito, natureza jurídica, elementos caracterizadores, espécies —; população — nacionalidade, princípios, normas —; tratados multilaterais; Estatuto da Igualdade; estrangeiros — visto, deportação, expulsão, extradição, conceito, fundamento jurídico, reciprocidade e controle jurisdicional —; asilo político — conceito, natureza e disciplina —; pessoa jurídica — conceito de nacionalidade, teorias, legislação, empresas binacionais.

DIREITO FINANCEIRO E TRIBUTÁRIO - Despesa pública: conceito e classificação; disciplina constitucional dos precatórios.

DIREITO EMPRESARIAL - Espécies de empresa: responsabilidade dos sócios; distribuição de lucros; sócio oculto; segredo comercial.

DIREITO ECONÔMICO E DE PROTEÇÃO AO CONSUMIDOR - Ordem econômica e regime político.

DIREITO CONSTITUCIONAL - Direitos fundamentais: rol de direitos; igualdade formal e material; direitos humanos; tratados internacionais; Convenção de São José da Costa Rica; liberdade de expressão e censura; direito à imagem e dano moral e material; sigilo de dados (telefônico, correspondência e comunicações telegráficas); sigilo de fonte e exercício profissional; direito de propriedade e função social; direitos autorais e de invenção; propriedade intelectual e industrial.

DIREITO CIVIL - Prescrição, decadência e prova.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL - Competência: conceito; critérios de distribuição; espécies; identificação do foro competente; modificações — conexão, continência, prevenção —; perpetuatio jurisdictionis; conflitos positivos e negativos; competência interna e internacional — concorrente e exclusiva —, homologação de sentença estrangeira; competência da Justiça Federal; ação — natureza jurídica da ação, classificação das ações e critérios identificadores, condições da ação —; defesa — natureza, conceito, espécies, inserção entre as bases fundamentais do direito processual —; processo — natureza, conceito, pressupostos, início, suspensão, fim, classificação (problemática da distinção entre as espécies processuais e a atual visão sincrética), princípios informativos, gerais e específicos.

DIREITO ADMINISTRATIVO - Atividade regulatória da administração pública; agências reguladoras e executivas e seu regime jurídico: natureza jurídica, características, instrumentos de atuação e competência normativa.

DIREITO AGRÁRIO E DIREITO INDÍGENA - O imóvel urbano e rural: o ocupante, posseiro e possuidor.

DIREITO AMBIENTAL - Normas constitucionais relativas à proteção ambiental.

PONTO Nº 4

NOÇÕES GERAIS DE DIREITO E FORMAÇÃO HUMANÍSTICA -Psicologia e comunicação: relacionamento interpessoal, relacionamento do magistrado com a sociedade e a mídia e problemas atuais da psicologia com reflexos no direito: assédio moral e assédio sexual.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO -Previdência social rural e previdência social privada; regimes especiais; regime previdenciário do servidor estatutário; previdência complementar.

DIREITO PENAL -Teoria geral da culpabilidade: fundamentos, conceito, elementos e conteúdo; princípio de culpabilidade; culpabilidade e pena; causas de exclusão da culpabilidade; imputabilidade; erro de proibição.

DIREITO PROCESSUAL PENAL -Ação penal: espécies — ação penal de iniciativa pública, ação penal de iniciativa pública condicionada, ação penal de iniciativa privada subsidiária da pública, ação penal de iniciativa privada — e características; condições da ação penal; justa causa e causas de extinção de punibilidade; imputação penal em sentido estrito; denúncia e queixa-crime — conteúdo, forma e tempo —; motivação para recebimento e para rejeição judicial de denúncia ou de queixa-crime; ação civil ex delicto — ação de execução civil e ação de conhecimento —; tempo, modo e lugar; características e limites; efeitos civis da absolvição penal.

DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO E PRIVADO -Proteção internacional dos direitos humanos: Declaração Universal dos Direitos Humanos; direitos civis, políticos, econômicos e culturais; mecanismos de implementação.

DIREITO FINANCEIRO E TRIBUTÁRIO - Despesa pública: conceito; ingressos e receitas; classificação — receitas originárias e receitas derivadas.

DIREITO EMPRESARIAL -Teoria geral do direito societário: conceito de sociedade; personalização da sociedade; classificação das sociedades não personificadas; sociedades personificadas — sociedade simples, sociedade em nome coletivo, sociedade em comandita simples, sociedade em comandita por ações, sociedade cooperada, sociedades coligadas —; liquidação; transformação; incorporação; fusão; cisão; sociedades dependentes de autorização.

DIREITO ECONÔMICO E DE PROTEÇÃO AO CONSUMIDOR - Política urbana: política fundiária e reforma agrária; sistema financeiro nacional.

DIREITO CONSTITUCIONAL -Garantias fundamentais: rol das garantias; direito de petição; direito à informação e retificação de dados; inafastabilidade do Poder Judiciário; ato jurídico perfeito, direito adquirido e coisa julgada; direitos dos presos; extradição e crime político ou de opinião; princípio da presunção da inocência; mandado de segurança individual e coletivo; ação popular; ação civil pública; mandado de injunção; *habeas corpus; habeas data*; aplicabilidade das normas constitucionais.

DIREITO CIVIL -Obrigações: conceito, elementos constitutivos, modalidades, transmissão, adimplemento, extinção, inadimplemento.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL -Sujeitos do processo: atuação, poderes, impedimento e suspeição do juiz; parte e respectivos conceitos material e processual — espécies, representação, legitimação ordinária e extraordinária —; sujeitos especiais do processo; Ministério Público — atuação como parte e fiscal da lei, impedimento e suspeição —; advocacias privada e estatal, incluindo a defensoria pública; deveres das partes, dos procuradores e dos demais partícipes do processo; substituição e sucessão de partes e procuradores; Estatuto da OAB; representação técnica; litisconsórcio — conceito, espécies, problemática da unilateralidade e necessariedade —; intervenção de terceiros — conceito de terceiro, classificação das modalidades interventivas, figuras típicas (assistência simples e litisconsorcial, oposição, nomeação à autoria, denunciação à lide, chamamento ao processo) e atípicas (conceito, natureza, cabimento, aspectos procedimentais) —; procedimento — natureza, conceito, classificação, distinção entre processo e procedimento, procedimentos sem processo, procedimentos do processo de conhecimento (comum, ordinário e sumário), procedimentos especiais —; ato processual — conceito, forma, tempo, nulidades (teoria processual das nulidades, princípios respectivos, identificação, decretação, convalidação, instrumentalidade das formas), prazos (classificação e modos de contagem), fases procedimentais.

DIREITO ADMINISTRATIVO - O terceiro setor: organizações sociais e organizações da sociedade civil de interesse público; contratos de gestão e termos de parceria.

DIREITO AGRÁRIO E DIREITO INDÍGENA - As terras indígenas públicas.

DIREITO AMBIENTAL - Repartição de competências em matéria ambiental.

PONTO Nº 5

NOÇÕES GERAIS DE DIREITO E FORMAÇÃO HUMANÍSTICA - Teoria do conflito e mecanismos autocompositivos: técnicas de negociação e mediação; procedimentos, posturas, condutas e mecanismos aptos a obter a solução conciliada dos conflitos.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO - Custeio; salário-de-contribuição; limites; reajustes.

DIREITO PENAL -Concurso de pessoas: teorias; causalidade; requisitos; espécies — autoria e participação —; punibilidade; comunicabilidade.

DIREITO PROCESSUAL PENAL -Jurisdição: regras para definição de competência penal brasileira e internacional; crimes à distância e crimes plurilocais; reserva de jurisdição; indeclinabilidade; inderrogabilidade; inércia jurisdicional; competência — juiz natural, repartição constitucional de competência, critérios de distribuição de competência (por matéria, por prerrogativa de função, por lugar, por distribuição e por prevenção), prorrogação de competência, conexão e continência —;

competência da Justiça Federal e dos tribunais regionais, do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal; incidente de deslocamento de competência para a Justiça Federal em crimes contra direitos humanos; meios e efeitos de declaração de incompetência; conflito de competência; procedimento nas ações penais originárias dos tribunais.

DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO E PRIVADO -Conflitos internacionais: meios de solução diplomáticos, políticos e jurisdicionais; cortes internacionais.

DIREITO FINANCEIRO E TRIBUTÁRIO - Dívida ativa da União de natureza tributária e não-tributária: crédito público — conceito —; dívida pública — conceito. Imunidades tributárias.

DIREITO EMPRESARIAL -Sociedade limitada e sociedade anônima.

DIREITO ECONÔMICO E DE PROTEÇÃO AO CONSUMIDOR - Intervenção do Estado no domínio econômico: liberalismo e intervencionismo; modalidades de intervenção; intervenção no direito positivo brasileiro.

DIREITO CONSTITUCIONAL -Direitos sociais: educação, saúde, alimentação, trabalho, moradia, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância e aos desempregados.

DIREITO CIVIL -Contratos em geral: teoria geral dos contratos; princípios; elementos constitutivos; pressupostos de validade; revisão; extinção.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL -Fase postulatória — inicial, requisitos, pedido (alteração, aditamento, cumulação), pedidos alternativo e sucessivo, resposta (contestação, reconvenção, exceções), ação declaratória incidental, razões finais —; fase instrutória — conceito e características — ; prova — conceito, sistemas, ônus e sua distribuição, princípios aplicáveis ao tema, vedação constitucional das provas ilícitas, classificação dos meios probatórios, meios de prova em espécie (depoimento pessoal, confissão, documentos, testemunhas, perícia, inspeção), natureza e conceito de cada um, hipóteses de cabimento, procedimentos respectivos, incidentes —; fase decisória — sentença: natureza e conceito, classificação, requisitos, funções, vícios, efeitos, eficácia natural e autoridade —; coisa julgada — natureza, conceito, classificação, limites objetivos e subjetivos —; desconstituição da coisa julgada, decisões rescindíveis e anuláveis; ação rescisória —; conceito, natureza, cabimento, condições específicas, juízos rescindente e rescisório, aspectos competenciais, procedimento, tutela de urgência na hipótese, relativização da coisa julgada, processo nos tribunais, coisa julgada inconstitucional.

DIREITO ADMINISTRATIVO - Serviço público: conceito e características; concessão e suas espécies; concessão de serviço público e seu regime jurídico: outorga, prerrogativas do concedente e direitos do concessionário, equilíbrio econômico-financeiro e formas de extinção; permissões e autorizações de serviço público; parcerias público-privadas.

DIREITO AGRÁRIO E DIREITO INDÍGENA - Propriedade improdutiva.

DIREITO AMBIENTAL - Zoneamento Ambiental. Sistema nacional de unidades de conservação da natureza

PONTO Nº 6

NOÇÕES GERAIS DE DIREITO E FORMAÇÃO HUMANÍSTICA -O processo psicológico e a obtenção da verdade judicial: o comportamento de partes e testemunhas.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO -Prestação; carência; benefícios; renda mensal inicial; aposentadorias, auxílios e pensões; prescrição.

DIREITO PENAL -Teoria geral da pena: teorias sobre a pena; fins da pena; espécies de penas — privativas de liberdade, restritivas de direitos, pecuniária —; cominação das penas; aplicação da pena; regimes de pena; suspensão condicional da pena e livramento condicional; efeitos da condenação; reabilitação; medidas de segurança; execução da pena.

DIREITO PROCESSUAL PENAL -Sujeitos processuais: juiz; Ministério Público; imputado e seu defensor; vítima e assistente de acusação; curador de menor; auxiliares da Justiça; peritos e intérpretes (públicos ou órgãos ou instituições privados com função de assistentes técnicos); serventuários da Justiça; impedimentos e suspeições dos sujeitos processuais.

DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO E PRIVADO -Direito comunitário: formas de integração; Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) — características, elementos institucionais, Protocolo de Assunção, Protocolo de Ouro Preto, Protocolo de Olivos, Protocolo de Las Leñas, autoridades centrais.

DIREITO FINANCEIRO E TRIBUTÁRIO - Conceito de tributo e suas espécies. Fontes do direito tributário.

DIREITO EMPRESARIAL -Estabelecimento empresarial: institutos complementares do direito empresarial — registro, nome, prepostos, escrituração, propriedade industrial.

DIREITO ECONÔMICO E DE PROTEÇÃO AO CONSUMIDOR - Lei Antitruste: disciplina jurídica da concorrência empresarial — princípios; infrações contra a ordem econômica; concorrência ilícita e desleal; repressão do poder econômico pelo Estado; abuso do poder econômico; práticas desleais de comércio — *dumping*; disciplina das medidas de salvaguarda.

DIREITO CONSTITUCIONAL -Nacionalidade: aquisição de nacionalidade — requisitos, opção —; brasileiros natos e naturalizados; apátridas.

DIREITO CIVIL -Contratos em espécie: compra e venda; venda com reserva de domínio; permuta; contrato estimatório; doação; locação; comodato e mútuo; empréstimo; prestação de serviço; empreitada; depósito; mandato; comissão; agência e distribuição; corretagem; transporte; seguro; constituição de renda; jogo e aposta; fiança; transação; compromisso; atos unilaterais — promessa de recompensa —; gestão de negócios; pagamento indevido; enriquecimento

sem causa.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL -Recursos: natureza; conceito; inserção entre os mecanismos de impugnação das decisões judiciais; classificação; efeitos; pressupostos; admissibilidade e mérito recursais; princípios; regras gerais; sucedâneos recursais; remessa obrigatória; recursos em espécie — apelação, agravo, embargos infringentes, embargos de declaração, recurso ordinário constitucional, recurso extraordinário, recurso especial, embargos de divergência, natureza e conceito de cada um, hipóteses de cabimento, prazos, procedimento, pressupostos específicos, modos de interposição, peculiaridades específicas.

DIREITO ADMINISTRATIVO - Formas de intervenção do Estado na propriedade; limitações administrativas, tombamento, requisição, servidão e desapropriação; fundamentos e requisitos constitucionais para as desapropriações; espécies de desapropriações; desapropriações por utilidade ou necessidade pública ou por interesse social; desapropriações por interesse social para fins de reforma agrária; Art. 243 da Constituição Federal de 1988; retrocessão; desapropriação indireta; procedimento expropriatório.

DIREITO AGRÁRIO E DIREITO INDÍGENA - O direito indígena na Lei 6.001/73.

DIREITO AMBIENTAL - Poder de polícia e Direito Ambiental. Licenciamento ambiental. Biossegurança. Infrações ambientais.

PONTO Nº 7

NOÇÕES GERAIS DE DIREITO E FORMAÇÃO HUMANÍSTICA -Regime jurídico da magistratura nacional: carreiras, ingresso, promoções, remoções.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO -Cálculo de benefícios; valores mínimo e máximo; reajustes, revisões e valor real.

DIREITO PENAL -Parte especial do Código Penal: crimes contra a pessoa; crimes contra o patrimônio; crimes contra a propriedade imaterial; crimes contra a organização do trabalho; crimes contra o sentimento religioso e contra o respeito aos mortos; crimes contra a dignidade sexual; crimes contra a família; crimes contra a incolumidade pública; crimes contra a paz pública; crimes contra a fé pública; crimes contra a administração pública.

DIREITO PROCESSUAL PENAL -Processo: pressupostos processuais; procedimento — questões incidentes (questão prejudicial e questão preliminar), exceções processuais, procedimento comum (ordinário, sumário e sumaríssimo; Juizado Especial Criminal) —; atos processuais — forma, lugar, tempo, comunicação (espécies, citação, intimação, notificação, forma, lugar e prazo), revelia e suspensão condicional do processo, processo eletrônico —; nulidades — espécies de vícios processuais, garantias constitucionais e regras codificadas informadoras, momento de arguição, rol legal das nulidades.

DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO E PRIVADO -Domínio público internacional: mar, águas interiores, mar territorial, zona contígua, zona econômica, plataforma continental, alto-mar, rios internacionais, espaço aéreo — princípios elementares, normas convencionais, nacionalidade das aeronaves, espaço extra-atmosférico.

DIREITO FINANCEIRO E TRIBUTÁRIO - Vigência, validade, eficácia e aplicação da legislação tributária. Normas gerais de direito tributário.

DIREITO EMPRESARIAL -Contratos empresariais: compra e venda mercantil; comissão; representação comercial; concessão comercial; franquia (franchising); distribuição; alienação fiduciária em garantia; faturização (factoring); arrendamento mercantil (leasing); cartão de crédito.

DIREITO ECONÔMICO E DE PROTEÇÃO AO CONSUMIDOR - Mercosul: Gatt; OMC; instrumentos de defesa comercial.

DIREITO CONSTITUCIONAL -Direitos políticos: soberania popular; plebiscito; referendo; iniciativa popular; direitos políticos ativos; inelegibilidade; partidos políticos; autonomia e personalidade jurídica.

DIREITO CIVIL -Responsabilidade civil: elementos; responsabilidade por fato de outrem; responsabilidade por fato da coisa; responsabilidade civil por perda de uma chance; teorias subjetiva e objetiva da responsabilidade civil; dano moral e material: indenização.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL -Execução: natureza; conceito; espécies; execução de títulos judiciais e extrajudiciais princípios, pressupostos, condições, regras gerais —; débito e responsabilidade patrimonial; fraude à execução; aspectos peculiares do processo executivo e detalhes procedimentais — instrução, penhora, avaliação, arrematação, satisfação, pagamento, adjudicação, usufruto de imóvel ou empresa, remissão e remição —; liquidação; defesa na execução; embargos à execução; exceção de pré-executividade; suspensão e extinção da execução; cumprimento de sentença; processo sincrético.

DIREITO ADMINISTRATIVO - Servidores públicos: regime constitucional; regimes jurídicos — servidor estatutário e empregado público; cargos e funções; direitos e deveres dos servidores estatutários; regime previdenciário do servidor estatutário; normas e princípios constitucionais; regras de transição; sistema de previdência complementar; regime e processo disciplinar.

DIREITO AGRÁRIO E DIREITO INDÍGENA - A empresa rural.

DIREITO AMBIENTAL - Responsabilidade ambiental. Conceito de dano. A reparação do dano ambiental.

PONTO Nº 8

NOÇÕES GERAIS DE DIREITO E FORMAÇÃO HUMANÍSTICA - Direitos e deveres funcionais da magistratura e Código de Ética da Magistratura Nacional.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO -Serviços: habilitação, reabilitação e serviço social.

DIREITO PENAL -Legislação penal especial: crimes de manipulação genética; crimes de responsabilidade fiscal; crimes de responsabilidade; crimes de abuso de autoridade; crimes nas licitações e nos contratos da administração pública; crimes contra a criança e o adolescente; crime de corrupção de menores; crimes previstos no Estatuto do Idoso; crimes de produção, uso e tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins; crimes de genocídio; crime contra o funcionamento do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana; crimes contra os índios; crimes resultantes de preconceito de raça e de cor; crimes contra portadores de deficiência física; crime de tortura; crimes hediondos; crimes na exploração e utilização de energia nuclear; crimes contra a segurança nacional; crimes relativos a minas terrestres antipessoais; crimes contra o serviço postal e o serviço de telegrama; crimes contra os serviços de telecomunicações; crime de violação de comunicação telefônica; infrações penais no estatuto do estrangeiro; crimes na direção de veículos automotores; crimes previstos na Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional; crimes previstos no Estatuto do Desarmamento.

DIREITO PROCESSUAL PENAL -Procedimentos especiais previstos no Código de Processo Penal: crimes de competência do Tribunal do Júri; crimes de falência; crimes de responsabilidade de funcionários públicos; crimes contra a honra; crimes contra a propriedade imaterial e procedimento de restauração de autos extraviados.

DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO E PRIVADO -Direito internacional privado brasileiro: fontes; conflito de leis no espaço; normas indiretas; qualificação prévia; elemento de conexão; reenvio; prova; direito estrangeiro; interpretação; aplicação; exceções à aplicação.

DIREITO FINANCEIRO E TRIBUTÁRIO - Interpretação da legislação tributária. Princípios constitucionais tributários.

DIREITO EMPRESARIAL -Contratos bancários: depósito bancário; conta-corrente; aplicação financeira; mútuo bancário; desconto; abertura de crédito; crédito documentário.

DIREITO ECONÔMICO E DE PROTEÇÃO AO CONSUMIDOR - Principais atividades empresariais e sua relação com o regime jurídico das relações de consumo: serviços púbicos, atividade bancária, atividade securitária, atividade imobiliária, atividade do transportador aéreo, consórcios.

DIREITO CONSTITUCIONAL -Organização do Estado: federação, União, estados, municípios e Distrito Federal; soberania; autonomia; intervenção — controles —; União e estados — bens e competências —; municípios — organização político-administrativa e competência —; Distrito Federal e territórios; administração pública — princípios —; regime jurídico dos servidores públicos; responsabilidade da administração pública; improbidade administrativa.

DIREITO CIVIL -Direito das coisas: posse — definição, natureza jurídica, classificação de posse, aquisição de posse, efeitos da posse, composse, proteção possessória, perda da posse —; usucapião; propriedade: definição, elementos, classificação, extensão da propriedade, restrições à propriedade, aquisição ou constituição da propriedade, propriedade imóvel, bem de família, propriedade móvel, propriedade resolúvel e fiduciária, direitos de vizinhança, condomínio edilício, propriedade fiduciária, alienação fiduciária em garantia —; propriedade intelectual; direito autoral; perda da propriedade móvel e imóvel; função social da propriedade; registros públicos; política agrícola e reforma agrária.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL -Execuções em espécie (por quantia certa contra devedor solvente, de obrigações de fazer ou não fazer, de obrigações de dar coisa certa ou incerta, contra a Fazenda Pública, de alimentos, por quantia certa contra devedor insolvente): conceito e características de cada uma, função, objeto, subtipos, procedimentos, controvérsias; execução fiscal e execuções especiais.

DIREITO ADMINISTRATIVO - Ato administrativo: conceito; perfeição, validade e eficácia; elementos ou pressupostos; classificação e espécies de atos administrativos; vinculação e discricionariedade; processo e procedimento administrativo; vícios dos atos administrativos; controle administrativo e judicial; formas de extinção dos atos administrativos; o controle da administração pública pelos tribunais de contas; mandado de segurança, ação popular, ação civil pública; responsabilidade por improbidade administrativa.

DIREITO AGRÁRIO E DIREITO INDÍGENA - O índio, o território e a cidadania.

DIREITO AMBIENTAL - Sistema nacional do meio ambiente. Política nacional do meio ambiente.

PONTO 9

NOÇÕES GERAIS DE DIREITO E FORMAÇÃO HUMANÍSTICA - Sistemas de controle interno do Poder Judiciário: corregedorias, ouvidorias, conselhos superiores e Conselho Nacional de Justiça.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO -Contribuições sociais: natureza e espécies.

DIREITO PENAL -Direito penal econômico: bem jurídico supraindividual; responsabilidade penal das pessoas jurídicas; crimes contra o meio ambiente; crimes contra a economia popular; crimes contra a ordem tributária, econômica e contra as relações de consumo; crimes de sonegação fiscal; crimes contra a ordem econômica e o sistema de estoques de combustíveis; crimes contra a seguridade social; crime por violação de sigilo de operações financeiras; crimes contra o sistema financeiro nacional; crimes contra o mercado de capitais; crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores; crimes contra a propriedade imaterial — crimes contra a propriedade intelectual, contra o privilégio de invenção, contra marcas e patentes e de concorrência desleal —; crimes previstos na legislação de software.

DIREITO PROCESSUAL PENAL -Espécies de decisões judiciais: sentença — espécies, características, elementos essenciais, necessidade de motivação, intimação —; correlação entre acusação e sentença; *mutatio libelli* e *emendatio libelli*; litispendência e coisa julgada — limites objetivos e subjetivos. Súmulas vinculantes e súmulas dos tribunais superiores em matéria processual penal.

DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO E PRIVADO -Responsabilidade internacional: ato ilícito; imputabilidade; dano; formas e extensão da reparação

DIREITO FINANCEIRO E TRIBUTÁRIO - Competência tributária. Administração tributária.

DIREITO EMPRESARIAL -Sistema Financeiro Nacional: constituição; competência de suas entidades integrantes; instituições financeiras públicas e privadas; liquidação extrajudicial de instituições financeiras; Sistema Financeiro da Habitação.

DIREITO ECONÔMICO E DE PROTEÇÃO AO CONSUMIDOR - Direito do consumidor: Lei n.º 8.078/1990 e legislação correlata; Política Nacional de Relações de Consumo; defesa do consumidor; defesa do consumidor e princípios gerais da atividade econômica; direitos básicos dos consumidores; decadência e prescrição nas relações de consumo; desconsideração da personalidade jurídica; práticas comerciais — publicidade, Internet, abuso de direito.

DIREITO CONSTITUCIONAL -Organização dos poderes: Poder Legislativo — organização e atribuições —; processo legislativo; atos do processo legislativo — iniciativa legislativa e competências concorrente e privativa —; iniciativa popular; emendas constitucionais e cláusulas pétreas; Estatuto dos Congressistas; perda de mandato; Poder Executivo.

DIREITO CIVIL -Superfície; servidões; compromisso de venda e compra; usufruto; uso; habitação; garantias de dívidas; penhor; hipoteca; registros públicos; Estatuto da Terra.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL -Tutelas jurídica, jurisdicional, processual, satisfativa, inicial, final e de urgência — conceito, espécies, extensão e profundidade —; antecipação dos efeitos da tutela — natureza, conceito, características e limites —; tutela cautelar — natureza, conceito, pressupostos, espécies, procedimentos, distinção em relação à antecipação de tutela, poder geral de cautela, cautelares inominadas, procedimento cautelar, cautelares nominadas (arresto, sequestro, caução, busca, apreensão, exibição, produção antecipada de provas, protesto, notificação, interpelação, atentado).

DIREITO ADMINISTRATIVO - Licitação: fundamentos constitucionais; conceito, finalidades e princípios da licitação; competência para legislar; dispensa e inexigibilidade de licitação; modalidades de licitação e procedimentos; o edital; regime diferenciado das licitações e contratações administrativas; revogação e anulação; crimes nas licitações; controle das licitações.

DIREITO AGRÁRIO E DIREITO INDÍGENA - A propriedade eminente e os indígenas.

DIREITO AMBIENTAL - Estudo de impacto ambiental. Conceito. Competências. Natureza jurídica. Requisitos.

PONTO Nº 10

NOÇÕES GERAIS DE DIREITO E FORMAÇÃO HUMANÍSTICA -Responsabilidade administrativa, civil e criminal dos magistrados e Administração judicial: planejamento estratégico; modernização da gestão.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO -Ação previdenciária: justificação; tempo de serviço e tempo de contribuição; Juizado Especial Federal — questões previdenciárias.

DIREITO PENAL -Teoria geral da pena: teorias sobre a pena; fins da pena; espécies de penas — privativas de liberdade, restritivas de direitos, pecuniária —; cominação das penas; aplicação da pena; regimes de pena; suspensão condicional da pena e livramento condicional; efeitos da condenação; reabilitação; medidas de segurança; execução da pena.

DIREITO PROCESSUAL PENAL -Teoria geral da prova: terminologia; classificação; garantias constitucionais relacionadas à prova; prova e elementos de informação; direito à prova; momentos probatórios e produção antecipada da prova; ônus da prova e poderes instrutórios do juiz; limites na atuação probatória e a verdade processual; prova ilícita direta e por derivação; prova emprestada e contraditório; sistemas de valoração da prova; exame de corpo de delito e outras perícias; interrogatório; interrogatório por videoconferência e incidente de insanidade mental; confissão e delação; declarações do ofendido; prova testemunhal; acareação e reconhecimento de pessoas ou coisas; prova documental; incidente de falsidade; indícios e presunções; busca e apreensão; restituição de coisa apreendida; interceptação telefônica; suspensão de sigilo bancário, fiscal e financeiro; infiltração de agente policial em organizações criminosas, ação controlada.

DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO E PRIVADO -Processo internacional: competência jurisdicional nas relações jurídicas com elemento estrangeiro; cartas rogatórias; homologação de sentenças estrangeiras.

DIREITO FINANCEIRO E TRIBUTÁRIO - Obrigação tributária principal e acessória; sujeição ativa e passiva; domicílio tributário e responsabilidade tributária. Processo administrativo e judicial tributário.

DIREITO EMPRESARIAL -Recuperação judicial e extrajudicial; falência do empresário e da sociedade empresária.

DIREITO ECONÔMICO E DE PROTEÇÃO AO CONSUMIDOR - Relações de consumo e proteção contratual: cláusulas abusivas; ônus da prova; arbitragem; condição, termo e encargo do direito do consumidor; nulidades e resoluções de contrato de consumo; contratos de adesão.

DIREITO CONSTITUCIONAL -Poder Judiciário: natureza da função jurisdicional; órgãos do Poder Judiciário; jurisdição constitucional; uniformidade de interpretação da lei federal; Lei Orgânica da Magistratura Nacional; Justiça Federal — organização e competência —; Lei n.º 5.010/1966; tribunais regionais federais; Conselho Nacional de Justiça; Conselho da

Justiça Federal; funções essenciais à Justiça; Ministério Público; advocacia e defensoria públicas; organização das carreiras — princípios, direitos e atribuições.

DIREITO CIVIL -Direito de família: eficácia do casamento; dissolução da sociedade e do vínculo conjugal; proteção da pessoa dos filhos; relações de parentesco; filiação; reconhecimento dos filhos; poder familiar — disposições gerais, exercício, suspensão e extinção —; regime de bens entre os cônjuges; união estável; criança e adolescente.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL -Procedimentos especiais: visão geral, características, procedimentos especiais de jurisdição voluntária (incluída a discussão sobre a real natureza dessa espécie jurisdicional) e de jurisdição contenciosa; tipos codificados — natureza, conceito, subespécies, hipóteses de cabimento, requisitos, aspectos procedimentais, consignação em pagamento, tutela interdital e não-interdital da posse, interdito proibitório, ações de manutenção e reintegração de posse, embargos de terceiro, usucapião, confronto entre ações petitórias e possessórias, ação monitória —; tipos não-codificados —natureza, conceito, subespécies, hipóteses de cabimento, requisitos, aspectos procedimentais, desapropriação, ação de improbidade, reclamação constitucional.

DIREITO ADMINISTRATIVO - Contratos administrativos: conceito e espécies; cláusulas necessárias; regime jurídico; duração dos contratos; formalização; alterações contratuais; equilíbrio econômico-financeiro; inexecução e rescisão dos contratos.

DIREITO AGRÁRIO E DIREITO INDÍGENA - O indigenato.

DIREITO AMBIENTAL - Biodiversidade. Principais instrumentos de proteção internacional. Acesso. Política nacional. Proteção jurídica do conhecimento tradicional associado.

PONTO Nº 11

NOÇÕES GERAIS DE DIREITO E FORMAÇÃO HUMANÍSTICA -Conceito de justiça: sentido lato de justiça, como valor universal; sentido estrito de justiça, como valor jurídico-político; divergências sobre o conteúdo do conceito.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO -Seguridade: natureza, fontes e princípios; eficácia e interpretação das normas de seguridade.

DIREITO PENAL -Introdução ao direito penal: conceito; caracteres e função do direito penal; direito penal e a Constituição Federal de 1988; princípios básicos do direito penal; relações com outros ramos do direito; controle social; sistema penal e direito penal; direito penal e política criminal; direito penal e criminologia.

DIREITO PROCESSUAL PENAL -Teoria geral da prisão provisória: excepcionalidade, presunção de inocência e provisoriedade; exigência constitucional de legalidade, motivação, indispensabilidade de intervenção judicial e proporcionalidade para decretação da medida; garantias constitucionais e legais do preso provisório; forma, modo e tempo para cumprimento da prisão pelos agentes públicos; prisão em flagrante; prisão temporária; prisão preventiva; prisão provisória e sentença condenatória recorrível ou decisão de pronúncia; prisão provisória e recurso especial ou recurso extraordinário; medidas cautelares diversas da prisão; fiança e liberdade no curso da persecução penal; medidas assecuratórias — sequestro, hipoteca legal e arresto.

DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO E PRIVADO -Contratos internacionais: cláusulas típicas.

DIREITO FINANCEIRO E TRIBUTÁRIO - Crédito tributário e lançamento.

DIREITO EMPRESARIAL -Noções de propriedade industrial: regime jurídico; invenção; desenho industrial; modelo de utilidade; marca.

DIREITO ECONÔMICO E DE PROTEÇÃO AO CONSUMIDOR - Sanções administrativas nas relações de consumo: papel do Estado (União, estados, municípios e Distrito Federal); competência; penalidades.

DIREITO CONSTITUCIONAL -Defesa do Estado e das Instituições democráticas: estado de defesa; estado de sítio; pressupostos da suspensão de direitos; controle das forças armadas; organização da segurança pública; polícias federal, rodoviária e ferroviária — estrutura e organização.

DIREITO CIVIL -Direito das sucessões: sucessão legítima, sucessão testamentária, inventário e partilha.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL -Juizados especiais cíveis: caracterização como subsistema processual e seu relacionamento com o sistema processual geral; especificidades, diferenciações e semelhança entre os juizados estaduais e federais; estrutura orgânica (juizados, turmas recursais, turmas de uniformização regionais e turma nacional de unificação), princípios, características, espécies, competência (inclusive a real natureza desta e a discussão sobre possível descompasso entre o critério constitucional e o legal); procedimentos, recursos, pedido de uniformização, coisa julgada, execução, questões controvertidas, possibilidade de utilização, dentro dos juizados, de meios processuais que não lhes são específicos (p. ex., mandado de segurança, procedimentos de jurisdição voluntária etc.).

DIREITO ADMINISTRATIVO - Competência regulamentar: espécies de regulamentos; regulamentos e o princípio da legalidade; regulamentação e regulação; Art. 84 da Constituição Federal de 1988 quanto aos limites do poder regulamentar; poder de polícia — conceito, características, origem, função, limites, extensão, controle, regulação, distinções

DIREITO AGRÁRIO E DIREITO INDÍGENA - O processo administrativo da Reforma Agrária.

DIREITO AMBIENTAL - Proteção às florestas. Áreas de preservação permanente e unidades de conservação.

PONTO Nº 12

NOÇÕES GERAIS DE DIREITO E FORMAÇÃO HUMANÍSTICA -Conceito de direito: equidade; direito e moral e direito objetivo e direito subjetivo.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO -Regime geral: segurados e dependentes; inscrição e filiação; qualidade de segurado; manutenção e perda.

DIREITO PENAL -A lei penal: características, fontes, interpretação, vigência e aplicação; lei penal no tempo e no espaço; imunidade; punibilidade — condições e causas de extinção —; concurso aparente de normas.

DIREITO PROCESSUAL PENAL -Duplo grau de jurisdição e direito ao recurso: teoria geral dos recursos — conceito, natureza jurídica, princípios gerais, efeitos, decisões recorríveis, juízo de admissibilidade e juízo de mérito, condições e pressupostos —; recurso em sentido estrito; apelação; agravos; carta testemunhável; embargos; correição parcial; recurso especial e recurso extraordinário; recurso ordinário constitucional; *habeas corpus*; mandado de segurança; reclamação aos tribunais; revisão criminal.

DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO E PRIVADO -Métodos de solução alternativa de controvérsias: arbitragem.

DIREITO FINANCEIRO E TRIBUTÁRIO - Suspensão da exigibilidade do crédito tributário.

DIREITO EMPRESARIAL -Relação de consumo no direito do espaço virtual; comércio eletrônico.

DIREITO ECONÔMICO E DE PROTEÇÃO AO CONSUMIDOR - Defesa do consumidor em juízo: interesses e direitos difusos, coletivos ou individuais homogêneos; defesa individual e coletiva; legitimidade processual; Ministério Público e defesa do consumidor; ações coletivas; regime do Código de Defesa do Consumidor e ação civil pública; ações de responsabilidade; coisa julgada.

DIREITO CONSTITUCIONAL -Ordem social: educação, cultura e desporto; ciência e tecnologia; comunicação social; família, criança, adolescente e idoso; índios; comunidades e organizações

DIREITO CIVIL -Contratos referentes a planos e seguros privados de assistência à saúde.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL -Processo eletrônico. Sujeitos do processo: atuação, poderes, impedimento e suspeição do juiz; parte e respectivos conceitos material e processual — espécies, representação, legitimação ordinária e extraordinária —; sujeitos especiais do processo; Ministério Público — atuação como parte e fiscal da lei, impedimento e suspeição —; advocacias privada e estatal, incluindo a defensoria pública; deveres das partes, dos procuradores e dos demais partícipes do processo; substituição e sucessão de partes e procuradores; Estatuto da OAB; representação técnica; litisconsórcio — conceito, espécies, problemática da unilateralidade e necessariedade —; intervenção de terceiros — conceito de terceiro, classificação das modalidades interventivas, figuras típicas (assistência simples e litisconsorcial, oposição, nomeação à autoria, denunciação à lide, chamamento ao processo) e atípicas (conceito, natureza, cabimento, aspectos procedimentais) —; procedimento — natureza, conceito, classificação, distinção entre processo e procedimento, procedimentos sem processo, procedimentos do processo de conhecimento (comum, ordinário e sumário), procedimentos especiais —; ato processual — conceito, forma, tempo, nulidades (teoria processual das nulidades, princípios respectivos, identificação, decretação, convalidação, instrumentalidade das formas), prazos (classificação e modos de contagem), fases procedimentais.

DIREITO ADMINISTRATIVO - Domínio público: conceito; classificação dos bens públicos e seu regime jurídico; uso de bens públicos por terceiros; regime jurídico dos recursos minerais; terras devolutas; terrenos de marinha e seus acrescidos.

DIREITO AGRÁRIO E DIREITO INDÍGENA - A personalidade e a capacidade indígena.

DIREITO AMBIENTAL - Produtos tóxicos. Controle. Transporte. Recursos hídricos.

PONTO Nº 13

NOÇÕES GERAIS DE DIREITO E FORMAÇÃO HUMANÍSTICA -Interpretação do direito: superação dos métodos de interpretação mediante puro raciocínio lógico-dedutivo; método de interpretação pela lógica do razoável.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO -Seguridade social: saúde, previdência e assistência — distinções.

DIREITO PENAL -Teoria geral do crime: conceito de crime; objeto; sujeitos; conduta — teorias da ação, omissão e suas formas —; tipo e tipicidade — crime doloso e crime culposo, crime comissivo e crime omissivo, crime qualificado pelo resultado e crime preterdoloso, crime de dano e crime de perigo, erro de tipo, crime impossível —; nexo de causalidade; crime consumado e tentativa — elementos e espécies —; antijuridicidade — espécies e causas de justificação —; bem jurídico; tempo e lugar do crime; concurso de crimes — espécies, influência na dosimetria da pena, erro de execução.

DIREITO PROCESSUAL PENAL -Relações jurisdicionais com autoridade estrangeira: cartas rogatórias; homologação de sentença estrangeira; extradição; expulsão; deportação.

DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO E PRIVADO -Prestação de alimentos: Convenção de Nova Iorque sobre cobrança de alimentos no estrangeiro; Decreto Legislativo n.º 10/1958; Decreto n.º 56.826/1965; competência da Justiça Federal; hipóteses; procedimento.

DIREITO FINANCEIRO E TRIBUTÁRIO - Extinção das obrigações tributárias.

- **DIREITO EMPRESARIAL** -Direito comercial: origem, evolução histórica, autonomia, fontes, características: empresário caracterização, inscrição, capacidade —; teoria da empresa e seus perfis.
 - **DIREITO ECONÔMICO E DE PROTEÇÃO AO CONSUMIDOR -** Sistema Nacional de Defesa do Consumidor (SNDC): o Ministério da Justiça e a política nacional de proteção ao consumidor; natureza dos atos administrativos.
- **DIREITO CONSTITUCIONAL** -Constituição: poder constituinte originário; emendas constitucionais; hermenêutica constitucional; tipologia; estado de direito e ordem constitucional; constituições rígidas e flexíveis; mutação constitucional.
- **DIREITO CIVIL** -Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro; pessoas naturais: personalidade e capacidade; direitos da personalidade; morte presumida; ausência; tutela; curatela; pessoas jurídicas: conceito, classificação, registro e administração; desconsideração da personalidade jurídica; associações; fundações.
 - DIREITO PROCESSUAL CIVIL -Princípios gerais do direito processual civil.
- **DIREITO ADMINISTRATIVO** Responsabilidade civil do Estado e dos prestadores de serviços públicos: conceito e teorias; responsabilidade por ação e por omissão; evolução histórica no direito brasileiro; reparação de dano; ação regressiva e litisconsórcio; responsabilidade administrativa, civil e penal do servidor.
 - **DIREITO AGRÁRIO E DIREITO INDÍGENA -** O arrendamento e a parceria.
 - **DIREITO AMBIENTAL -** Modificação dos genes pelo homem e pelo meio ambiente. Proteção química das culturas e do meio ambiente.

PONTO Nº 14

- **NOÇÕES GERAIS DE DIREITO E FORMAÇÃO HUMANÍSTICA** -Fontes do direito objetivo: princípios gerais de direito; jurisprudência; súmula vinculante e Conceito de política: política e direito e Ideologias.
 - **DIREITO PREVIDENCIÁRIO** -Previdência social rural e previdência social privada; regimes especiais; regime previdenciário do servidor estatutário; previdência complementar.
- **DIREITO PENAL** -Teoria geral da culpabilidade: fundamentos, conceito, elementos e conteúdo; princípio de culpabilidade; culpabilidade e pena; causas de exclusão da culpabilidade; imputabilidade; erro de proibição.
- DIREITO PROCESSUAL PENAL -Execução das penas e das medidas de segurança: garantias constitucionais na execução penal; jurisdicionalização da execução penal; objeto e regras de aplicação; condenado e internado; órgãos da execução penal; estabelecimentos penais; regimes de cumprimento da pena; regime de cumprimento da medida de segurança; procedimento judicial, incidentes e recursos; suspensão condicional da pena; livramento condicional; graça; reabilitação; remição; inclusão e transferência de presos para presídios federais.
 - **DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO E PRIVADO** -Tribunal Penal Internacional: evolução histórica; competência; procedimento; natureza das decisões; delitos internacionais.
 - DIREITO FINANCEIRO E TRIBUTÁRIO Exclusão do crédito tributário. Infrações e sanções tributárias.
 - **DIREITO EMPRESARIAL** -Teoria geral dos títulos de créditos: títulos de créditos letra de câmbio, cheque, nota promissória, duplicata; aceite, aval, endosso, protesto e prescrição; ações cambiais.
- **DIREITO ECONÔMICO E DE PROTEÇÃO AO CONSUMIDOR -** Constituição econômica brasileira: ordem constitucional econômica princípios gerais da atividade econômica; tipologia dos sistemas econômicos.
- **DIREITO CONSTITUCIONAL** -Princípios fundamentais: soberania e globalização; teoria jurídica da cidadania; dignidade da pessoa humana e direito das minorias; pluralismo político; democracia e pluralismo político; asilo político; crime político.
 - **DIREITO CIVIL** -Domicílio; bens; fatos jurídicos; negócio jurídico: conceito, representação, condição, termo, encargo, defeitos, invalidade; atos jurídicos lícitos e ilícitos.
- DIREITO PROCESSUAL CIVIL -Jurisdição: natureza, conceito, características, espécies, a problemática da jurisdição voluntária, princípios, estrutura constitucional Poder Judiciário, organização judiciária, atividade jurisdicional, atividades essenciais à Justiça —, equivalentes jurisdicionais autotutela, autocomposição, mediação e arbitragem —; jurisdição constitucional propriamente dita controle judicial de constitucionalidade e suas espécies: ação direta de inconstitucionalidade interventiva, ação direta de inconstitucionalidade at interventiva, ação direta de inconstitucionalidade e constitucionalidade por omissão, ação declaratória de constitucionalidade, arguição de descumprimento de preceito fundamental, natureza, conceitos, características, hipóteses de cabimento, detalhes de procedimento —; jurisdição constitucional das liberdades e seus principais mecanismos habeas corpus no processo civil, mandado de segurança individual e coletivo, mandado de segurança, habeas data, ação popular, ação civil pública e demais ações coletivas, natureza, conceitos, hipóteses de cabimento, detalhes procedimentais.
- **DIREITO ADMINISTRATIVO -** As funções jurídicas do Estado e sua distinção; função administrativa, noção de regime jurídico administrativo e princípios informadores do direito administrativo, expressos e implícitos, constitucionais e infraconstitucionais.
 - **DIREITO AGRÁRIO E DIREITO INDÍGENA -** As terras indígenas na Constituição de 1988.

DIREITO AMBIENTAL - Mineração.

PONTO Nº 15

NOÇÕES GERAIS DE DIREITO E FORMAÇÃO HUMANÍSTICA -Eficácia da lei no tempo: conflito de normas jurídicas no tempo e o direito brasileiro — direito penal, direito civil, direito constitucional e direito do trabalho e a Declaração Universal dos Direitos do Homem (ONU).

DIREITO PREVIDENCIÁRIO - Custeio; salário-de-contribuição; limites; reajustes.

DIREITO PENAL -Concurso de pessoas: teorias; causalidade; requisitos; espécies — autoria e participação —; punibilidade; comunicabilidade.

DIREITO PROCESSUAL PENAL -Procedimentos e normas processuais previstos em legislação especial: nos crimes de abuso de autoridade; nos crimes de responsabilidade; nos crimes de competência originária; nos crimes contra o meio ambiente; nos crimes de produção, uso e tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins; nos crimes contra a economia popular; nos crimes contra o sistema financeiro nacional; nos crimes de preconceito racial; na Lei de Crimes Hediondos; nos crimes contra as relações de consumo; nos crimes das licitações e dos contratos da administração pública; nos juizados especiais criminais federais; nos crimes contra a propriedade imaterial — crimes contra a propriedade intelectual, contra o privilégio de invenção, contra marcas e patentes e de concorrência desleal —; nos crimes de tortura; nos crimes cometidos na condução de veículos automotores; nos crimes de lavagem de capitais; nas investigações das comissões parlamentares de inquérito; nos crimes previstos na Lei de Segurança Nacional; nos crimes relacionados à persecução penal da criminalidade organizada; nos crimes previstos na Lei de Programa de Proteção às Testemunhas Ameaçadas, Vítimas, Acusados ou Condenados.

DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO E PRIVADO -Direito internacional público: conceito, fontes, princípios.

DIREITO FINANCEIRO E TRIBUTÁRIO - Garantias e privilégios do crédito tributário. Tributos federais.

DIREITO EMPRESARIAL -Espécies de empresa: responsabilidade dos sócios; distribuição de lucros; sócio oculto; segredo comercial.

DIREITO ECONÔMICO E DE PROTEÇÃO AO CONSUMIDOR - Ordem jurídico-econômica: sujeitos econômicos.

DIREITO CONSTITUCIONAL -Direitos fundamentais: rol de direitos; igualdade formal e material; direitos humanos; tratados internacionais; Convenção de São José da Costa Rica; liberdade de expressão e censura; direito à imagem e dano moral e material; sigilo de dados (telefônico, correspondência e comunicações telegráficas); sigilo de fonte e exercício profissional; direito de propriedade e função social; direitos autorais e de invenção; propriedade intelectual e industrial.

DIREITO CIVIL -Prescrição, decadência e prova.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL -Competência: conceito; critérios de distribuição; espécies; identificação do foro competente; modificações — conexão, continência, prevenção —; perpetuatio jurisdictionis; conflitos positivos e negativos; competência interna e internacional — concorrente e exclusiva —, homologação de sentença estrangeira; competência da Justiça Federal; ação — natureza jurídica da ação, classificação das ações e critérios identificadores, condições da ação —; defesa — natureza, conceito, espécies, inserção entre as bases fundamentais do direito processual —; processo — natureza, conceito, pressupostos, início, suspensão, fim, classificação (problemática da distinção entre as espécies processuais e a atual visão sincrética), princípios informativos, gerais e específicos.

DIREITO ADMINISTRATIVO - Organização administrativa; administração direta e órgãos públicos; administração indireta e entidades que a integram: autarquias, fundações governamentais, empresas públicas, sociedades de economia mista e consórcios públicos; regime jurídico das entidades governamentais prestadoras de serviço público e exploradoras de atividade econômica.

DIREITO AGRÁRIO E DIREITO INDÍGENA - As terras devolutas, públicas e privadas.

DIREITO AMBIENTAL - Efetivação da proteção normativa ao meio ambiente: Poder Judiciário, Ministério Público e Administração Pública. Política energética e meio ambiente.